

ANEXO I DO CCP

Modelo da declaração do Concorrente

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1. Eduardo Queirós Simões, com o Nº de Cidadão 06655709, com domicílio na Av. Prof. Dr. Amândio Tavares nº55 em Valpaços, na qualidade de representante legal de Talhos e Charcutaria de Eduardo LDA, NIPC 508 429 994, com sede na Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, Edf. Cidade Nova B17 loja nº26, tendo tornado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo a execução do contrato a celebrar na sequência do "AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTÍCIOS PARA AS ESCOLAS EBI E JI DO CONCELHO PARA O ANO LETIVO 2016/2017 CARNES", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas,
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ANEXO II – Proposta de preços unitários quando aplicável
 - b) -
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável,
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (10);
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (11);

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarados nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

1) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 981773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 981742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.0 da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.0 da Directiva n.º 911308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.


7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Valpaços, 10 de Agosto de 2016

[assinatura (18)].

CHARCUTARIA
EDUARDO, LDA.
ONT. N.º 508 429 994

AGÊNCIA
Eduardo Eduardo Simão

- 
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
 - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»,
 - (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP
 - (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação,
 - (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação,
 - (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
 - (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
 - (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
 - (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
 - (10) Declarar consoante a situação.
 - (11) Declarar consoante a situação.
 - (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
 - (14) Declarar consoante a situação.
 - (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
 - (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
 - (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
 - (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO A DO CADERNO DE ENCARGOS

MODELO DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PELO CONCORRENTE

Talhos e Charcutaria de Eduardo Lda., com sede na Av. Eng. Adelino Amaro da Costa, Edf. Cidade Nova Bl7 nº26, pessoa colectiva nº 508 429 994, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Valpaços, sob o nº 508 429 994, com o capital social de 5 000,00€, depois de ter tomado conhecimento do objecto do ajuste directo para aquisição de bens móveis, designadamente "AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTICIOS PARA AS ESCOLAS EB1 E JI DO CONCELHO PARA O ANO LETIVO 2016/2017: CARNES" a que se refere o convite datado de 28/07/2016, obriga-se a executar a referida aquisição, de harmonia com o Caderno de Encargos, pela quantia de 43 546,20€ (quarenta e três mil quinhentos e quarenta e seis euros e vinte centimos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

A quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado a taxa legal em vigor,

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Valpaços, 10 de Agosto de 2016

TALHOS E CHARCUTARIA
EDUARDO, LDA.

CONT. Nº 508 429 994

Assinatura...

CA GERÊNCIA
Eduardo Amaro da Costa

ANEXO II

Proposta de preços unitários quando aplicável

Produto	Preço Unitário
1.1 Almondegas kg	3,99€ (três euros e noventa e nove centavos)
1.2 Bacon kg	4,50€ (quatro euros e cinquenta centavos)
1.3 Bife Peru kg	5,90€ (cinco euros e noventa centavos)
1.4 Bife Vitela kg	5,65€ (cinco euros e sessenta e cinco centavos)
1.5 Carne Picada kg	3,99€ (três euros e noventa e nove centavos)
1.6 Chouriço de vinho kg	3,00€ (três euros)
1.7 Coelho uni	4,40€ (quatro euros e quarenta centavos)
1.8 Costeletas do Lombo de Porco kg	3,30€ (três euros e trinta centavos)
1.9 Espetadas de Peru kg	4,80€ (quatro euros e oitenta centavos)
1.10 Feveras de porco kg	3,30€ (três euros e trinta centavos)
1.11 Frango Branco kg	1,98€ (um euro e noventa e oito centavos)
1.12 Frango do Campo kg	2,90€ (dois euros e noventa centavos)
1.13 Hamburguer kg	3,99€ (três euros e noventa e nove centavos)
1.14 Lombo de porco kg	3,80€ (três euros e oitenta centavos)
1.15 Orelha de porco kg	2,82€ (dois euros e oitenta e dois centavos)
1.16 Pé de porco kg	1,30€ (um euro e trinta centavos)
1.17 Peito de Frango kg	4,74€ (quatro euros e setenta e quatro centavos)
1.18 Peito de Peru kg	5,90€ (cinco euros e noventa centavos)
1.19 Pernas de Frango kg	2,34€ (dois euros e trinta e quatro centavos)
1.20 Pernil fumado kg	2,99€ (dois euros e noventa e nove centavos)
1.21 Vitela Estufar kg	4,72€ (quatro euros e setenta e dois centavos)
1.22 Vitela para Assar kg	5,65€ (cinco euros e sessenta e cinco centavos)

NOTA: O preço do coelho é dado por uni ao contrário dos outros produtos o que pode induzir em erro.

Aos artigos acresce o IVA à taxa legal em vigor



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CARNES

MAPA DE QUANTIDADES E ORÇAMENTO

Cod.	Descrição	Ud	Qt	P. Unit.	Total
------	-----------	----	----	----------	-------

CAPÍTULO I - CARNES

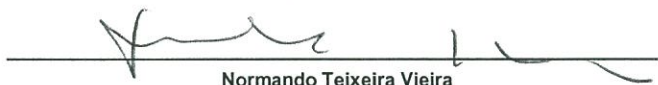
1.1	ALMONDEGAS	Kg.	200,00	3,99€	798,00€
1.2	BACON	Kg.	20,00	4,50€	90,00€
1.3	BIFE DE PERU	Kg.	350,00	5,90€	2065,00€
1.4	BIFE VITELA	Kg.	200,00	5,65€	1130,00€
1.5	CARNE PICADA	Kg.	1.000,00	3,99€	3990,00€
1.6	CHOURIÇO DE VINHO	Kg.	140,00	3,00€	420,00€
1.7	COELHO	Uni.	250,00	4,40€	1100,00€
1.8	COSTELETAS DO LOMBO DE PORCO	Kg.	900,00	3,30€	2970,00€
1.9	ESPETADAS DE PERU	Kg.	500,00	4,80€	2400,00€
1.10	FEVERAS DE PORCO	Kg.	300,00	3,30€	990,00€
1.11	FRANGO BRANCO	Kg.	1.000,00	1,98€	1980,00€
1.12	FRANGO DO CAMPO	Kg.	350,00	2,90€	1015,00€
1.13	HAMBURGUER	Kg.	360,00	3,99€	1436,40€
1.14	LOMBO DE PORCO	Kg.	1.000,00	3,80€	3800,00€
1.15	ORELHA DE PORCO	Kg.	115,00	2,82€	324,30€
1.16	PÉ PORCO	Kg.	180,00	1,30€	234,00€
1.17	PEITO DE FRANGO	kg	100,00	4,74€	474,00€
1.18	PEITO DE PERU	Kg.	900,00	5,90€	5310,00€
1.19	PERNAS DE FRANGO	Kg.	1.500,00	2,34€	3510,00€
1.20	PERNIL FUMADO	Kg.	150,00	2,99€	448,50€
1.21	VITELA ESTUFAR	Kg.	1.800,00	4,72€	8496,00€
1.22	VITELA PARA ASSAR	Kg.	100,00	5,65€	565,00€

TOTAL GERAL

43.546,20€

A ESTES VALORES ACRESCE O IVA À TAXA LEGALMENTE ESTABELECIDADA

Valpaços, julho 2016


Normando Teixeira Vieira